

Robério Braga

Floriano Peixoto

Em Manaus

FUNDAÇÃO LOURENÇO BRAGA



Visitantes Ilustres 2



FLORIANO PEIXOTO EM MANAUS

Amh
0124

ROBÉRIO BRAGA

FLORIANO PEIXOTO EM MANAUS

2ª edição



**Coleção HISTÓRIA DO AMAZONAS
Visitantes Ilustres 2**

**Fundação Lourenço Braga
Manaus - 1997**

Copyright ©1997 Fundação Lourenço Braga

Revisão: Antônio Valente

Capa: Óscar Ramos.

Editoração: Editora Manaus

A F Suano da Silva

Rua dos Cravos, casa 07 – Conjunto Tiradentes - Aleixo

Fone: (092) 644-2410

Edição de agosto de 1997, 328º ano da Fundação de Manaus

Ficha catalográfica

Elaborada pela Editora Manaus

Braga, Robério dos Santos Pereira, 1951-

Floriano Peixoto em Manaus/Robério dos Santos Pereira

Braga. 2. ed. Manaus: Fundação Lourenço Braga, 1997.

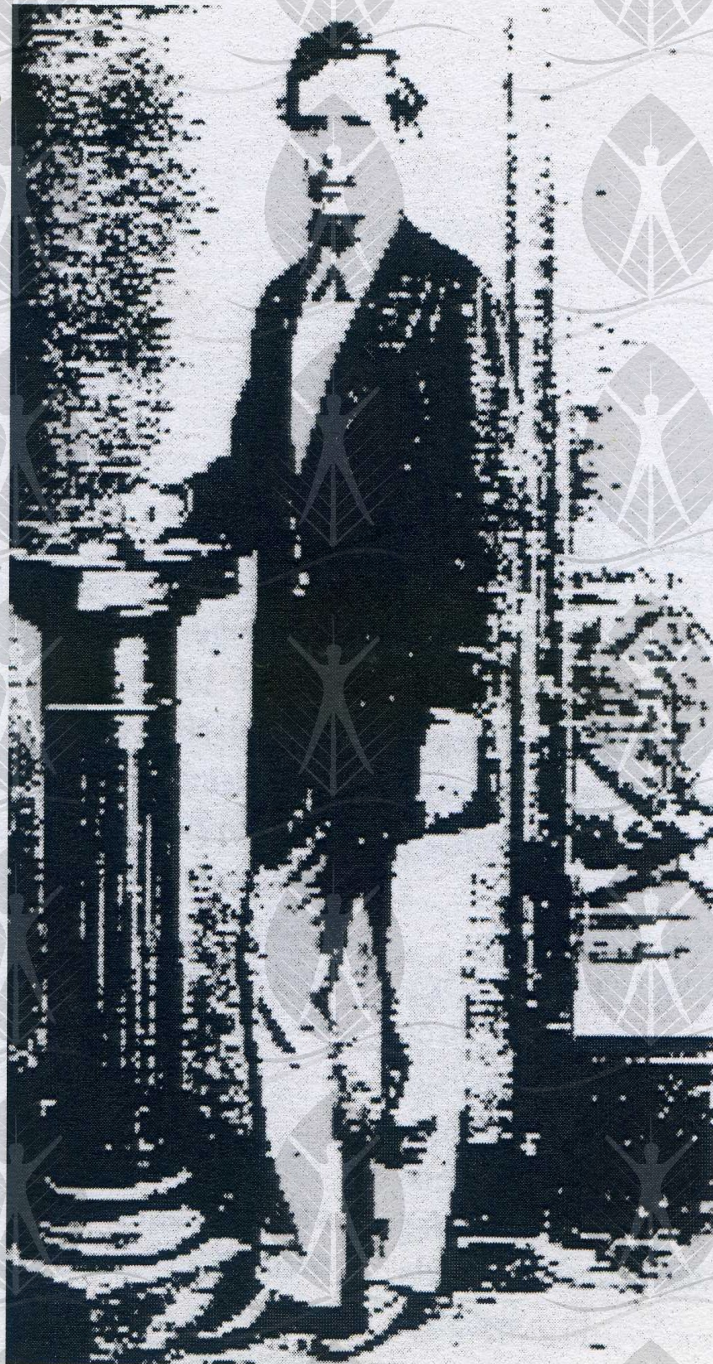
19 p. 21 cm (Coleção História do Amazonas. Visitantes Ilustres, 2)

1. Manaus (cidade) - História I. Título.

CDD 981.2

CDU 981(811.31)

Impresso no Brasil
Printed in Brasil



Tenente-Coronel Floriano Peixoto, em 1871.

1871.

A cidade de Manaus havia pouco tinha recebido seus heróis da guerra do Paraguai, em passeata pelas acanhadas Ruas do Sol, da Matriz, da Palma, das Flores (1), em 24 de julho de 1870 quando 55 voluntários, sob o comando do capitão honorário Marcelino José Nery pisaram de novo o solo amazonense. A Princesa Dona Leopoldina, Duquesa de Saxe, havia falecido a 7 de fevereiro. O Imperador estava fora do País desde 25 de maio. O governo nas mãos da Princesa Isabel, Regente do Império.

Os problemas provinciais eram grandes. Não havia padres em número suficiente para todas as paróquias e o governo participava financeiramente não só dos custos da igreja, como das missões de captação de religiosos para o serviço de catequese no interior, considerado missão especial da administração pública. Assim, a 6 de março o Bispo havia

reassumido suas funções depois de uma viagem a Roma e devolvido aos cofres públicos a importância de três contos de réis que não precisara usar porque não encontrou quem quisesse acompanhá-lo, de pronto, para a distante Amazônia. O Seminário Episcopal cuidava mais do ensino regular que da formação de religiosos e somente 21 alunos o frequentavam.

A paisagem urbana passava por transformações, quer no bairro do Espírito Santo, como no de São Vicente e nos Remédios (2). Aterros, bueiros, muralhas, calçamento de ruas, aliam-se à conclusão do mercado público cujas obras tiveram início em 1870 e ao plantio de palmeiras importadas do Pará ao lado da grande obra pública de então, que era a construção da Catedral.

A força policial foi reforçada com a instalação do 3º Batalhão de Artilharia de Linha ou Artilharia a Pé, aqui desembarcado em 8 de

maio de 1871, de bordo do vapor “Arari”, da Companhia Fluvial do Alto Amazonas (3) ficando sob o comando do Major Adriano Xavier de Oliveira Pimentel. A população ficou entusiasmada. Há muito reclamava-se a presença de forças federais na região, não só para guarnecer a cidade como para os serviços de fiscalização fronteiriça, coisa no que se aplicou o contingente de 391 praças. Logo no dia 9 foi realizado um baile para homenagear os oficiais do comando aqui sediado e deu-se a primeira apresentação da banda de música, depois sempre convidada a tocar em saraus, quermesses, festas, solenidades públicas, cívicas e religiosas.

As obras da estrada de ferro Madeira-Mamoré tinham sido iniciadas e, segundo se anunciava, em dois anos ligaria a Bolívia à cachoeira do Santo Antônio, mas na verdade se transformaria em lenda, catástrofe e objeto de pacto internacional, sepultando sonhos e vidas.

Ruas silenciosas, iluminadas ainda por 110 lampiões a querosene, mantidos por empresa particular contratada pelo governo, viam circular em trajes de operários, vários índios vindos de Uaranã, Abacaxis, São Gabriel e Rio Branco, para servirem nas obras públicas, nas casas religiosas e empreendimentos de pessoas graduadas na administração. Não lhes era permitido frequentar o Estabelecimento dos Educandos e Artífices, a melhor escola na época, nem o Seminário, ou o Asilo Nossa

Senhora da Conceição. Enquanto isso, nos altos rios, seus irmãos guerreiros atacavam aldeias como os Parintintins no Madeira, os Uamiris no Pauparu, afluente do Rio Negro, e seguiam agredindo Ayrão, Moura, Pauapeassu. Era a resistência heróica ao domínio, ao sacrifício e à quase escravidão.

1871, Outubro, 27.

Tempo do Gabinete Conservador do Barão do Rio Branco e da administração provincial do Barão de Miranda Reis (4), no Amazonas.

Ato do governo imperial nomeia para Comandante do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, com sede em Manaus na Praça D. Pedro II (5), o Major Floriano Vieira Peixoto, premiado com Medalha de Ouro na Guerra do Paraguai, portanto apto a gerir os interesses militares do Império na fronteira brasileira.

Ao aportar no velho cais, o vapor “Madeira”, da Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, em 16 de dezembro de 1871, trazia o ilustre militar que assumiu seu posto a 24 de janeiro de 1872, procurando integrar-se à sociedade local. Contava 32 anos. **“Forte, simpático, frente ampla e olhar dominador”**, como descreve o General Dionísio Cerqueira, **“impassivo, pouco culto. Impenetrável a qualquer intimidade”**, como esclarece José Maria Belo (6), esfinge, no dizer de Euclides, sem porte marcial, aqui

permanecendo por quase um ano, e sendo promovido a Tenente-Coronel.

Não viera cuidar da segurança interna da província. Para ele e seus comandados não deviam preocupar os 28 crimes perpetrados em 1871 e que somente a cadeia da capital tivesse condições razoáveis de uso. No setor militar, as inspeções devidas tinham sido executadas pelo General João Guilherme Burce na capital, e pelo Coronel Tibúrcio Ferreira de Souza nas fronteiras, exatamente no correr daquele ano.

Foi em Manaus que contemplou o raiar do novo ano de 1872 e assistiu a Missa do Galo celebrada com toda a pompa de que sempre se revestiam estas solenidades, principalmente porque era íntima e obrigatória a ligação da igreja com o Estado. Já estaria seu coração entregue a Josima, prima e amor dos anos futuros, alagoana, com quem casou-se pouco depois de voltar ao sul do país? Terá sido em intenção deste amor que recolheu em leilão a rosa “Príncipe Alberto”, na quermesse de São Sebastião no janeiro do novo ano, quando posta a prêmio pelas mãos delicadas de uma filha do capitalista Antônio da Cunha Mendes, de que nos fala Genesisino Braga no seu encantador *“Chão e Graça de Manaus?”* Que sabor tem uma rosa premiada em leilão? Colhida, às vezes orvalhada pela dor da solidão no jardim em que mãos dadivosas a deitaram, ela pode servir a santos e impuros, acompanhar noivas, dar esperança as

que recolhem o buquê, testemunhar no altar ou murchar nos vasos de rico cristal passadas as horas solenes. Posta em mãos que cuidam com amor tem destino certo, embelezando a vida e, sempre silenciosa, serve aos poetas e aos ritmos do coração dos apaixonados.

Terá procurado contribuir para o combate à febre amarela que grassava no interior, ou mesmo na construção do primeiro galpão do Umirizal, para atender os doentes de hanseníase? Não há registro de sua contribuição ao Hospital da Caridade para o qual acorreram inúmeras personalidades da capital e do interior, senão todas as pessoas de posses da Província.

Posto em farda de gala deve ter comparecido à sessão solene da Assembléia Legislativa Provincial realizada a 25 de março de 1872 para abertura do ano legislativo, em que o presidente José de Miranda da Silva Reis leu a mensagem oficial e a ele se referiu expressa e orgulhosamente:

“O 3º Batalhão de Artilharia de Linha acha-se atualmente comandado pelo bravo, inteligente, e muito honrado Tenente-Coronel Floriano Peixoto...” (7)

É provável que tenha acompanhado de perto toda a movimentação política da província, mas não foi possível localizar registros. Terá estranhado o Projeto de Lei que oferecia

prêmio de um conto de réis a quem retirasse **“das altas florestas para o povoado e seus arrabaldes, tribos selvagens de índios”**, apresentado pelo deputado e padre Daniel Pedro Marques de Oliveira em 2 de abril de 1872? Como recebeu, na pacata cidade, a proposta de criação do Banco Comercial que, a exemplo da Caixa Provincial proposta no ano anterior, visava libertar o comércio local das pressões das casas bancárias estabelecidas em Belém? De que forma entendeu a proibição da salga de peixes, em qualquer período do ano, ou a criação de linhas de vapor para o estrangeiro e para o Rio Juruá, ou ainda a instituição da profissão de coveiro, a subvenção para o comércio da carne bovina, e outras providências da administração? É do seu tempo em Manaus a ampla liberalidade para o financiamento de bolsas de estudos na Corte e fora do País, como a viagem de Ramos Ferreira (8) a várias cidades do “mundo desenvolvido” para conhecer as técnicas de instrução e introduzi-las em nosso meio.

Terá enviado recomendações especiais ao Imperador, quando de seu retorno da Europa em abril de 1872, como fez a Assembléia, designando comissão para representá-la na Corte em cumprimentos formais, como era de praxe?

Não compareceu à sessão da Assembléia de 8 de julho de 1872 quando da posse de Domingos Monteiro Peixoto na presidência da Província, nem contemplou o breve movimento de eleitores selecionados que, no pleito de 18 de

agosto, elegeram Deputados Federais a Ângelo Thomas do Amaral e João Wilkens de Mattos (9), e não assistiu a eleição de 3 de dezembro de 1872 em que foram eleitos os Deputados Provinciais.

Como terá se portado ante as questões de limites com o Peru, discutidos neste tempo com a participação de Antônio Luiz Von Honholtz(10)? Terá intercedido pela manutenção do Asilo Nossa Senhora da Conceição, fundado pelo Padre José Manoel dos Santos Pereira(11), destinado a crianças pobres e que, por falta de recursos, encerrou suas atividades naquele ano?

As novidades da Corte chegavam em vapores como o “Jamary”, “Arimã” e “Rio Branco”, que ora penetravam nas matas, até às vilas e aldeias mais distantes, ora buscavam o sul do País e Belém, onde estava instalado o escritório central da Companhia Fluvial do Alto-Amazonas, que disputava com a Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas a primazia de prestar tais serviços. Por eles devia vir também a carne importada do Pará e da região do Rio Branco, que se consumia em Manaus.

Terá pressentido o grande movimento libertador dos escravos que se esboçava com a votação de recursos orçamentários para a alforria de mulheres, visando que seus filhos pudessem nascer livres? Compreendeu a antecipação da

Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871?

Nos passeios pela cidade em obras, respirando ar puro da selva próxima, em arredores aos quais se podia chegar em caminhadas, deverá ter usado o rapé macuba vendido em Barbosa & Irmão, ou presenteado em galanteios típicos, alguma bela cabocla com buquê em forma de leques, “bonitos e baratos”, vendidos na Rua do Imperador(12), na casa do sr. Costa Barateiro? Frequentou a Sociedade Atheneu de Artes ou a recém-fundada Sociedade Harmonia Amazonense, que promovia festas mensais com duração de cinco horas nas quais não podia entrar menor de oito anos, nem fâmulos que não fossem destinados aos serviços da casa? Terá comprado algum escravo, dos que se vendiam em anúncios de jornais, ou alugado para os serviços pessoais entre as de 20 anos **“que sabem lavar, cozinhar e engomar”**, como anunciava a imprensa, ainda que se valendo de 2:000\$000 emprestados a juros para os que se interessassem na nota do jornal “Comércio do Amazonas”(13)? Em que terraço se deliciou nas redes de tucum com varandas de penas e a coroa imperial, das que eram vendidas por Manoel Alves dos Santos & Cia.? Quem levava suas cartas para bordo dos paquetes como o “Tapajós”, que fazia linha para Belém do Pará?

Em um desses passeios pode ter passado pela primeira escola noturna instalada na Pro-

víncia, autorizada pela Lei 325, aprovada pela Câmara, com sede no Bairro de São Vicente e regida pelo professor Francisco Público Ribeiro Bittencourt(14), emérito líder abolicionista e festejado maçom. Cruzou o Largo da Imperatriz, passou pela ponte do Espírito Santo, pela Travessa da Glória, pela Rua do Imperador, naturalmente colhendo o respeito de todos.

Como se terá havido na condição de Professor interino do Lyceu Amazonense, atual Ginásio Amazonense D. Pedro II, ao lado de Henrique Barbosa de Amorim, Aprígio de Menezes, Manoel de Miranda Leão, Pedro Ayres Marinho? Por certo encontrou-se com Barbosa Rodrigues(15), cujas explorações botânicas foram autorizadas por aviso de 18 de dezembro de 1871, e com Augusto Elísio de Castro Fonseca e Gentil Rodrigues de Souza, líderes abolicionistas e figuras influentes na política local.

1872. Agosto, 24.

Ato imperial decreta a exoneração de Floriano Peixoto dos encargos com o Batalhão militar em Manaus, vindo para substituí-lo o Tenente-Coronel João Evangelista Nery da Fonseca, ao tempo em que o contingente existente não era suficiente para os serviços e o aumento de praças era impedido pela manutenção de forças no Paraguai.

Na verdade a presença pessoal de Floriano Peixoto em Manaus foi muito menor do que o período oficial de sua designação para a capital amazonense - dezembro de 1871 a agosto de 1872 - se contados da carta imperial, ou outubro de 1871 se contados do ato da Repartição do Ajudante General do Ministério da Guerra. Sua permanência em Manaus foi de dezembro de 1871 a 10 de abril de 1872, quando se deslocou em licença oficial para a província das Alagoas ali permanecendo até seu deslocamento formal do posto de Comandante do 3º Batalhão de

Artilharia a Pé, sediado em Manaus, a 24 de agosto de 1872. (16)

São raros os registros da convivência diária do Floriano católico fervoroso, presente às missas da Igreja de São Sebastião, ao tempo dessa Manaus que, ainda adormecida ao canto dos pássaros das matas verdes que a cercavam de flores, começava a abrir timidamente os olhos para o mundo e para os seus progressos.

NOTAS

Floriano Vieira Peixoto nasceu em Ipioca, no Engenho Riacho Grande, Alagoas, a 30 de abril de 1839 e fez seus primeiros estudos em Maceió; de lá saiu aos 16 anos para o Rio de Janeiro onde estudou no Colégio São Pedro de Alcântara. Assentou praça em 1857, como voluntário no 1º Batalhão de Artilharia a Pé, ingressando na Escola Militar em 1861 onde cursou Artilharia e bacharelou-se em Matemática e Ciências Físicas. Foi 2º Tenente (2 de dezembro de 1861); 1º Tenente (30 de dezembro de 1863); comissionado Capitão (29 de setembro de 1865); Capitão (22 de janeiro de 1866); comissionado Major (1868); Major (20 de fevereiro de 1869); Tenente-Coronel (9 de abril de 1870); Coronel (18 de abril de 1874). Foi Diretor do Arsenal de Guerra em Pernambuco (1878 - 1881), sendo promovido a Brigadeiro (3 de janeiro de 1883); era em 1889 Comandante da 2ª Brigada do Exército e Marechal-de-Campo (6 de junho de 1889), exercendo as funções de Ajudante - General do Exército (15 de novembro de 1889). A 30 de janeiro de 1890 foi promovido a Tenente - General, posto modificado em 19 de abril de 1890 para Marechal de Exército, no qual foi classificado. Ministro da Guerra em 1890 substituído por Benjamin Constant, foi eleito Vice-Presidente

da República com 157 contra 57 votos, vencendo o Vice-Almirante Eduardo Wandenkolk. Presidente da República com a renúncia de Deodoro, até 15 de novembro de 1894. Conselheiro de Guerra por Decreto de 14 de fevereiro de 1891, aposentou-se a 28 do mesmo mês e ano, foi Ministro do Supremo Tribunal Militar (18 de julho de 1893), falecendo a 29 de junho de 1895 na Estação de Divida, hoje Floriano, em Barra Mansa, no Rio de Janeiro.

(1) Rua do Sol, no bairro de São Vicente de Fora, atual Rua de Visconde de Mauá, ex-Rua de Demétrio Ribeiro e Rua dos Inocentes.

Rua da Matriz, começava na Rua Municipal e terminava na Rua de José Clemente, ex-Travessa Cantagalo. Atual Rua de Lôbo d'Almada.

Rua das Flores, no Bairro do Espírito Santo. Começava na Praça Tamandaré. Atual Rua de Guilherme Moreira, antiga Rua de José Clarindo. Mudou de nome em 1890.

(2) Bairro do Espírito Santo, era o segundo bairro da cidade. Urbano. Depois foi denominado de Bairro da República. Desapareceu com o crescimento de Manaus. Bairro de São Vicente de Fora, foi o primeiro núcleo de povoamento da antiga cidade. Nele se instalou o primeiro

lazaredo, depois Hospital de São Vicente de Fora. Não mais existe.

Bairro dos Remédios em 1880 era o primeiro bairro da cidade. Hoje não se considera bairro, mas permanece a paróquia dos Remédios.

(3) Companhia Fluvial do Alto-Amazonas criada por Alexandre de Paula de Brito Amorim que nasceu em Portugal em 1831 e chegou ao Pará em 1849 e a Manaus em 1851, sendo Cônsul de seu país durante 20 anos. Fundou a Companhia que iniciou suas operações em 1869 com linhas para o Purus e o Madeira, e depois para o Juruá, Solimões e Negro. Em 1874 a empresa foi absorvida pela Amazon Steam Navigation Co. Ltda., fundada por Mauá em 1872.

(4) José Miranda da Silva Reis (Barão), nasceu no Rio de Janeiro a 28 de novembro de 1824 e faleceu em 1903. Chegou a Marechal do Exército. Foi presidente das províncias do Amazonas e Mato Grosso. Ministro do Supremo Tribunal Militar, agraciado com as Ordens da Rosa e de Avis, no grau de Comendador, Cavaleiro das Ordens do Cruzeiro do Sul, São Gregório Magno, Santa Sé. Integrou os quadros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e foi Comandante de Armas de Mato Grosso. Publicou: "*Projeto de Reorganização das Forças Arregimen-*

tadas", Rio, 1888. Foi Presidente da Província do Amazonas de 8 de junho de 1870 a 8 de julho de 1872.

(5) A sede do 3º Batalhão, em Manaus, era no antigo Quartel da Praça D. Pedro II, no exalojamento de mulheres da fábrica de algodão passando em 1885 para o Quartel da Praça Uruguaiana. Daqui foi deslocado em 24 de abril de 1889 para o Rio de Janeiro, transferido que estava desde 1884 para Recife. Ficava entre a Rua da Independência, o beco do Quartel e o lado sul da Praça D. Pedro II.

(6) José Maria Belo, in "*História da República*" - "*Primeiro período 1889-1902*", Editora Civilização Brasileira, Rio, 1940.

(7) Mensagem lida perante a Assembléia Legislativa Provincial do Amazonas, na sessão de instalação da legislatura, a 25 de março de 1872, pelo presidente José de Miranda da Silva Reis.

(8) Gustavo Adolpho Ramos Ferreira foi vice-presidente da Província do Amazonas e diretor da Instrução Pública, cargo que assumiu em 28 de abril de 1867. Advogado. Autor da reforma do ensino na província.

(9) Ângelo Thomaz do Amaral foi Deputado Federal pelo Amazonas nos períodos de 1861/1864 e 1869/1875, não constando na

Câmara, o registro do seu partido de filiação.

João Wilkens de Mattos foi Deputado Federal pelo Amazonas nos períodos de 1853/1856 e 1872/1875, não constando na Câmara o registro do seu partido de filiação. Paraense, nascido em 1822, formou-se em Engenharia Civil da América do Norte, foi o 12º presidente da Província do Amazonas, Vereador no Rio de Janeiro e o membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em cuja Revista tem vários trabalhos publicados. Foi ainda presidente da Província do Ceará. Recebeu o título de Barão de Mariuá. Ver a respeito Estudos Biográficos - 1, de Robério Braga, 1994.

(10) Antônio Luíz Von Honholtz (Barão de Tefé) nasceu em 1837 no Rio de Janeiro e tomou parte na expedição do Paraguai. Foi Senador pelo Amazonas (1913). Membro do Instituto de França. Faleceu em Petrópolis a 8 de fevereiro de 1931, com 94 anos.

(11) Pe. José Manoel dos Santos Pereira nasceu na Bahia, Doutor em Teologia, pela Faculdade Gregoriana de Roma, professor do Ginásio Baiano, fundado pelo doutor Abílio; Vigário de Manaus e Vigário Geral da Província do Amazonas. Em 1878 foi para o Rio de Janeiro defender

sua eleição para Deputado Geral a 10ª Legislatura quando foram reconhecidos Saldanha Marinho e Costa Azevedo.

Discurso. Ginásio Baiano - 1865.

Discurso na bênção dos sinos da nova matriz. Manaus. 15 de agosto de 1877.

- Exp. sobre a eleição de 2 Deputados a Assembléia Geral pela Província do Amazonas, Rio, 1878. 118 páginas.

- Reputação à defesa dos "eleitos". Rio, 1878, na Com. inquérito.

(12) Rua do Imperador, no perímetro urbano. Bairro da Imperatriz, depois do Espírito Santo. Começava na atual Marquês de Santa Cruz e terminava na Praça Riachuelo. Atual Rua de Marechal Deodoro.

(13) Comércio do Amazonas foi lançado em 15 de agosto de 1869, em substituição ao jornal "O Mercantil", ambos de propriedade de Gregório José de Moraes. De 1869 a 1904 era órgão neutro na política amazonense. Iniciou na imprensa diária o serviço telegráfico e as ilustrações em Manaus. Desapareceu em 30 de dezembro de 1904.

(14) Francisco Públio Ribeiro Bittencourt nasceu no Pará à 15 de fevereiro de 1840 e

faleceu em Manaus em 1921. Maçon emérito (1873), foi Deputado, jornalista e abolicionista.

Integrou o Partido Democrata. Secretário Geral do Estado, era irmão do Coronel Antônio Bittencourt. Professor.

(15) Barbosa Rodrigues esteve em Manaus por duas vezes. Organizou o Museu Botânico do Amazonas em comissão do Governo Imperial, inaugurado em 16 de dezembro de 1884 na Chácara do Caxangá, no Igarapé da Cachoeirinha, depois transferido para o palacete de São Leonardo. Em 1890 dirigiu o Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Esteve em Manaus pela primeira vez em 1871/1872, aqui nascendo seu primeiro filho, a 3 de novembro de 1872.

(16) Segundo registro nos assentamentos do Ministério do Exército, in Fé de Ofício do Exmo. Sr. Marechal Floriano Peixoto, são as seguintes as anotações sobre o período referido neste estudo:

1871

“...Por Decreto de 27, (maio) publicado em Ordem do Dia da Repartição do Ajudante General sob o nº 802, de 32 de outubro, foi transferido deste Corpo (Comissão de Melhoramentos do Material do

Exército) para Comandante do 3º Batalhão de Artilharia a Pé, obteve permissão para suprimir o cognome Vieira - como foi mandado pela Portaria do Ministério da Guerra de 4, publicado em ordem do dia da Repartição de Ajudante General sob o nº 813 de 14 tudo de dezembro. Foi condecorado com a Medalha geral da campanha do Paraguai, com passador de ouro e número 4. 1872 - apresentou-se àquele Batalhão no Amazonas e assumiu o comando do mesmo a 24 de janeiro. Por Portaria do Ministério da Guerra de 3, publicado em ordem do dia da Repartição do Ajudante General sob o nº 831, de 10 tudo de fevereiro, foram-lhe concedidos quatro meses de licença na Província das Alagoas para onde seguiu do Amazonas no gozo da dita licença a 10 como fez pública a ordem do dia do Comando das Armas da mesma Província de 9, tudo de abril, sendo prorrogada por mais de 40 dias por Portaria do Ministério da Guerra de 13, publicada em ordem do dia da Repartição do Ajudante General de nº 868, de 25, tudo de julho. Por Decreto de 24 publicado em ordem do dia da Repartição do Ajudante General sob o nº 874, de 31 de agosto, reverteu ao Corpo de Estado Maior de Artilharia. Tendo concluído a licença em que se achava na Província das Alagoas apresentou-se a respectiva Presidência das Alagoas, a 20 de setembro...”.

BIBLIOGRAFIA

BITTENCOURT, Agnello - Dicionário Amazônico de Biografias. Academia Amazonense de Letras, Editora Conquista, Rio de Janeiro.

BRAGA, Genesino - Chão e Graça de Manaus, Imprensa Oficial do Estado, 2ª edição, Manaus. 1987.

BRAGA, Robério. Estudos biográficos 1. Manaus. Fundação Lourenço Braga. 1994.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, Deputados Brasileiros, 1826/1976, Câmara dos Deputados, Brasília, 1976.

FARIA E SOUZA, J. B., Antônio Monteiro de Souza, Alcides Bahia - A Imprensa no Amazonas - 1851/1908, Imprensa Oficial, Manaus, 1908 - Comemorativa do Centenário da Imprensa no Brasil.

MONTEIRO, Mário Ypiranga - Roteiro Histórico de Manaus, A Crítica, 1969.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, Catálogo da Exposição de Documentos Históricos comemorativa do Cincoentenário da República, Rio - 1939 (foto utilizada nesta publicação).

REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, vol. 11/13. 1989/1991. Brasília - DF.

NOTA BIOGRÁFICA

Robério dos Santos Pereira Braga nasceu em Manaus a 14 de agosto de 1951, filho da professora Sebastiana dos Santos Pereira Braga e do político, líder sindical e marítimo, e jornalista Lourenço da Silva Braga. É advogado formado pela Universidade do Amazonas em 1974 e pós-graduado em Administração de Política Cultural pela Universidade de Brasília e Organização dos Estados Americanos-OEA, Museólogo e Professor universitário na área jurídica. Já exerceu diversos cargos públicos como Secretário de Estado do Gabinete do Vice-Governador, Chefe de Gabinete do Prefeito de Manaus, Diretor da Fundação Cultural do Amazonas, Presidente da Empresa Amazonense de Turismo, e Coordenador Regional da Amazônia da Fundação Joaquim Nabuco.

Membro de diversas instituições culturais no Estado, no País e no exterior, foi Presi-

dente do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, Secretário da União Brasileira de Escritores, fundador e primeiro Presidente da Academia Amazonense Maçônica de Letras. É Presidente da Academia Amazonense de Letras e membro do Conselho da Universidade do Amazonas, como representante das entidades culturais. Conferencista, principalmente sobre temas amazônicos, política cultural, turismo e desenvolvimento regional, é autor de inúmeros títulos e prefácios de obras de diversos autores, entre elas a 2ª edição da *"História do Amazonas"* do professor Arthur César Ferreira Reis. É vereador à Câmara Municipal de Manaus, em seu segundo mandato, e Presidente Regional do Partido Republicano Progressista - PRP, tendo sido Presidente da Comissão de Constituição e Justiça por quatro anos, Relator Geral da Lei Orgânica de Manaus e autor de diversas leis de interesse público, e principalmente de toda a estrutura legal para defesa do patrimônio histórico da cidade.

OBRAS DO AUTOR

MANÁOS

1830 - 1834

Manaus, Amor & Sofrimento

Fala Presidencial

Artigos de Jornal

Notícia Histórica de Humaitá

Manicoré

Itaquatiara

Benjamin Constant

Manacapuru

Algumas Reflexões Amazônicas

A Abolição da Escravatura no Amazonas

João Wilkens de Mattos

Joaquim Leovigildo de Souza Coelho

Instituto de Educação do Amazonas - 100 anos

Palácio Rio Negro

Washington Luís em Manaus

Floriano Peixoto em Manaus

Theodoreto Souto

J. J. Seabra em Manaus

Affonso Penna em Manaus

Manuel Nunes Pereira

Ruínas Notáveis

O Amazonas no Senado do Império

Raymundo Monteiro

Dom Frederico Costa

Ramayana de Chevalier, Paulo Eleuthério, Huascar de Figueiredo

Arthur César Ferreira Reis

MANÁOS

1849 - 1859

Lindalva Cruz

Seis Poesias e Ilustrações de Afrânio de Castro



Impresso na

IMPrensa UNIVERSITÁRIA

Av. Gal. Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000 - Aleixo
Bloco L - Minicampus - Campus Universitário
Fone (092) 641-1610 - 60.077-000 - Manaus - AM



AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM

Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA